

**MARTINS, José de Souza. REFORMA AGRÁRIA: O IMPOSSÍVEL DIÁLOGO. 1º ed., São Paulo, EDUSP, 2004. 173 p.<sup>1</sup>**

**SANTOS, José Antonio Lobo dos<sup>2</sup>**

## **Introdução**

O latifúndio, a monocultura e o regime de trabalho forçado se materializaram como instrumentos fundamentais de dominação, exploração e expropriação de riquezas no processo de produção do espaço brasileiro. Num primeiro momento, o engenho de açúcar, as fazendas de gado e os núcleos urbanos (muitos com funções administrativas e de redistribuição de mercadorias) se consolidaram como pontos centrais de manutenção de uma estrutura exploratória voltada para o escoamento dos produtos materiais e imateriais para fora da colônia. Concordamos com Alberto Passos Guimarães, por meio do livro “Quatro séculos de Latifúndio no Brasil”, quando o mesmo coloca que o engenho e a fazenda de gado (o curral) se consolidaram como unidades básicas de produção e centros de poder na Colônia.

A monocultura, por meio da produção em grande escala da cana-de-açúcar, se fundamentava no engenho, estrutura técnica de agregação de valor ao produto, a partir da fabricação do açúcar e do aguardente. Produtos que eram comercializados em outros países, o açúcar na Europa e o aguardente, principalmente, no continente Africano, como moeda de troca para a aquisição de seres humanos os quais eram transformados em escravos.

A escravidão é consolidada como regime de trabalho imposto aos povos originários do espaço brasileiro, a exemplo, dos chamados índios e aos povos

---

<sup>1</sup> Resenha elaborada a título de conclusão da disciplina do curso de doutorado em Geografia Humana (Agricultura e Capitalismo) da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Autor: Doutorando em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo e Professor DE do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia (ICADS/UFBA). E-mail: professorloboo@gmail.com

oriundos do continente africano, os chamados negros da África. Esse regime de trabalho vai se consolidar como a força propulsora da rapinagem das riquezas do território nacional.

O trabalho compulsório, pautado numa relação de trabalho não-capitalista, vai ser a engrenagem que vai garantir a movimentação do capitalismo numa escala mundial. A lógica era usar essa força de trabalho para produzir riquezas, as quais eram rapidamente expropriadas de seus produtores e acumuladas no seio dos agentes hegemônicos. Riquezas que mais tarde, século XVIII, possibilitou na Europa o surgimento de uma classe burguesa, da chamada revolução industrial e a reprodução ampliada de capital.

O latifúndio surge como parte integrante desse processo. Entendo que a estrutura latifundiária que foi montada no Brasil de forma injusta e violenta, não se explica somente pela ganância dos colonizadores por terras ou mesmo numa disputa para ver quem as tinha em maior dimensão, a compreensão do real significado das capitanias hereditárias e das sesmarias passa pelo entendimento do latifúndio como parte integrante de um processo maior de exploração de trabalho e acúmulo de riquezas. Uma relação social estabelecida na configuração de um modo de produção.

A compreensão desses elementos estruturais no bojo do processo histórico e seus efeitos na produção do espaço permite compreender, numa dimensão mais apropriada e abrangente, as relações que delineiam e estruturalizam a questão agrária no Brasil.

A questão agrária no Brasil é fruto desse processo histórico que nos remete ao debate sobre as formas de ocupação, de territorialização e de acúmulo de riquezas por parte das forças hegemônicas que comandaram o macabro processo de desestruturação e exploração dos povos indígenas no espaço brasileiro. Um espaço construído socialmente para atender à expansão mundial do modo capitalista de produção, uma expansão calcada na exploração, na apropriação do tempo de trabalho e na partilha desigual da riqueza produzida.

A partir dessa conjuntura o objetivo dessa resenha é analisar de que forma o Professor Dr. José de Souza Martins, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas (FFLCH) - Universidade de São Paulo (USP), tendo como base o livro de sua autoria, “Reforma Agrária: o impossível diálogo, publicado pela EDUSP em 2004”, avalia criticamente a questão agrária e o debate sobre a reforma agrária no Brasil, dando destaque a atuação dos chamados agentes de mediação (CPT e MST) e também focando o surgimento e a permanência do escravismo e do latifúndio como partes de uma estrutura perversa de dominação e apropriação de trabalho não pago.

Essa resenha foi produzida a título de conclusão da disciplina do curso de doutorado em Geografia Humana (Agricultura e Capitalismo) da Universidade de São Paulo, ministrada pelo Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O mesmo consistiu-se numa análise dialética, com base na teoria marxista, do pensamento do professor Dr. José de Souza Martins sobre a reforma e a questão agrária no Brasil.

A resenha está dividida em três momentos. No primeiro, discutiremos o conceito de questão agrária. No segundo, a questão da disputa política pela reforma agrária. Por fim, a relação entre os movimentos sociais e o Estado no debate da reforma agrária. Saliento que essa discussão se dá com base nas concepções de Martins (2004).

### **Reforma Agrária: o impossível diálogo? O conceito de questão agrária**

Para Martins, entender o significado do que chama de questão agrária é passo fundamental no sentido de ampliar e compreender as discussões sobre a histórica estrutura dos problemas agrários no Brasil. Para o autor (2004, p. 11) o debate a respeito da escravidão e sua questão residual da posse da terra são dois temas que continuam fortemente pendentes nas inquietações sociais e políticas do país.

Essas veias abertas tocam em duas grandes questões nacionais que “estão situadas em pólos cronológicos opostos: a questão do trabalho livre e a questão agrária (p.11)”. Com isso, Martins quer nos dizer que não tem com entender a

questão agrária, ou mesmo discuti-la, sem pautá-la como uma incontornável questão residual da solução que no passado a sociedade brasileira deu ao problema estrutural do escravismo.

O que fica posto é que a questão agrária não se resume a um problema residual da dita modernidade ou pós-modernidade, mas sim, a uma questão que nos remete às formas de produção social do espaço nacional, principalmente no que competem as relações de trabalho por meio do escravismo.

Martins (2004) vai discutir rapidamente nesse livro e de forma mais aprofundada no livro “O Cativo da Terra” sobre os princípios que nortearam o processo de “libertação” dos escravos no Brasil, o que para muitos se traduziu no fim do escravismo. Segundo o autor, nunca houve libertação de escravos no Brasil, pois o que realmente aconteceu foi o inverso, os libertos foram os grandes fazendeiros e não os escravos, uma vez que, esses (os escravos) continuaram presos as condições de miserabilidade e aos desmandos dos senhores de seu tempo.

Na verdade a luta era para que os grandes proprietários de terras fossem libertados do ônus econômico da escravidão, conforme afirma Martins (2004, p. 94):

O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi fundamentalmente resultado de uma luta dos escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos chamados liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativo.

A partir dessas concepções o autor dá uma grande contribuição ao debate sobre a questão agrária no Brasil. Primeiro, quando propõe que a mesma deve ser entendida no bojo do processo histórico. Segundo, quando não desvincula a questão agrária das questões estruturais, a exemplo, do escravismo e das formas de ocupação das terras no Brasil. Terceiro, quando afirma que: “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico do Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial (p. 92)”.

Por esse caminho entendo que Martins atribui o peso correto e necessário à discussão sobre a questão agrária no Brasil, pois a mesma não pode ser tratada meramente como um problema pontual, pertencente somente ao campo, ou mesmo, a falta de determinadas políticas estatais e/ou de organizações sindicais e não-governamentais. O debate sobre a questão agrária deve ser fundamentado e compreendido no que ele realmente é, ou seja, uma questão estrutural que nos remete a problemas históricos estruturantes da constituição e territorialização do modo capitalista de produção no Brasil.

Reforçando o caráter do entendimento histórico da questão agrária Martins (2004, p. 88) afirma que:

O ponto essencial e problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que a questão agrária tem sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política

Para Martins (2004) o próprio ato de intervir na questão, de uma forma ou de outra, seja numa perspectiva ideológica ou noutra já altera a questão agrária. Podendo atenuá-la ou agravar as contradições, como também, causa modificações qualitativas. O que para o autor comprova que “a questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica (p. 89)”.

Em termos clássicos a questão agrária é tratada como o “bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital (90)”. Para Martins (2004) esse bloqueio pode se manifestar de vários modos, a exemplo, da redução da taxa média de lucro, uma vez que, parte do sobrelucro vai parar nas mãos dos proprietários rentistas em forma de renda fundiária. Outra é o que chama de “parasitismo de uma classe de rentistas (90)”.

A obra da uma nova contribuição quando busca mostrar que essa forma clássica que permeia o centro da questão agrária em outras partes do mundo “não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto (90)”. Martins mostra que aqui no Brasil, diferentemente de

outros lugares, a exemplo de muitos países da Europa, a questão agrária não se constituiu no formato clássico, o qual colocava o capitalista numa ponta e o latifundiário rentista na outra. Entendo que essa compreensão e distinção é uma importante contribuição para um entendimento mais preciso da questão agrária no Brasil.

Segundo o autor, no Brasil o capitalismo personificado não conseguiu se libertar da propriedade da terra numa proporção em que colocasse o interesse de classe (digo: entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários fundiários<sup>3</sup>), numa posição em que pudesse gerar bloqueios ao desenvolvimento econômico. Questões específicas contribuíram para que a separação entre o capital e a terra se desse de forma tímida no país. Martins (2004, p. 90) aponta que:

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terras haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste. Não se pode explicar a industrialização brasileira a partir do século passado se não se leva em conta essa competência de grandes fazendeiros para acompanhar as possibilidades históricas de seu tempo. Por outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista, por aquele que pode tomar consciência das contradições que perturbam a reprodução ampliada do capital, foi compensado das irracionalidades da propriedade como titular de renda fundiária.

O que se percebe é que no Brasil, principalmente no período da Ditadura Militar (1964 – 1985), houve um intenso processo de incentivos fiscais e financeiros, sobretudo, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no sentido de facilitar a ocupação de grandes extensões de terras pelo capital, a exemplo, da aquisição de áreas por empresas multinacionais como a Volks Wagem, e também nacionais, a exemplo do Banco Bradesco, com terras na região amazônica, e outras. Esse processo atendeu a uma política elitista e excludente sustentada por um pacto político e econômico firmado entre os agentes

---

<sup>3</sup> Aqui, partimos da concepção de Karl Marx, (2008, p. 828), quando afirma que a sociedade moderna é composta por três classes sociais, conforme aponta: “Demais, temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna - o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra”.



hegemônicos que historicamente tiveram grande influência na produção do espaço nacional.

O grande capital sendo ao mesmo tempo proprietário fundiário e com isso estando desobrigado de pagar renda fundiária, de forma direta, a nosso ver, tem ainda mais possibilidades de intervir no controle da distribuição e redistribuição de terras no Brasil. Essa situação reforça a necessidade de uma melhor visualização dos elementos estruturais que compõem a questão agrária e também das propostas voltas à resolução do problema, a exemplo, da chamada reforma agrária.

Com base nessa discussão Martins (2004) afirma que “é esse o ponto de vista que me permite compreender que uma política de reforma agrária depende de se conhecer a questão agrária para a qual ela é uma resposta (90)”. Para o autor a questão agrária brasileira é vista como um conjunto de pontas desatadas de um longo e inacabado processo histórico, com isso, coloca Martins: “É nessa perspectiva que pretendo situar a política de reforma agrária do governo atual, em função justamente das mudanças acentuadas que atingem sua definição na quadra histórica presente (93)”.

### **Reforma Agrária: o impossível diálogo? Sua disputa política**

No debate sobre a reforma agrária Martins (2004) faz duras críticas à forma como essa temática está sendo tratada no Brasil, principalmente por parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações de base social que, para o autor, desenvolvem um trabalho de mediação via agentes da classe média. Para o autor “o tema da reforma agrária é, seguramente, um dos mais equivocados nos embates políticos e partidários deste momento no Brasil (87)”.

A falta de informações consistentes, a desinformação que se faz presente em muitas das opiniões sobre a reforma e o excesso de paixões no tratamento do tema são questões que não permitem uma visão mais clara e crítica sobre o processo de

reforma agrária no Brasil. Martins (2004, p. 87) critica o nível de debate e as propostas que muitos apresentam para reforma agrária afirmando que:

[...] todos parecem ter um palpite a dar sobre o assunto, da apresentadora de televisão ao dirigente estudantil, e acham que sua ocupação já os qualifica para opinar e opinar de maneira contundente e definitiva. Todos parecem ter respostas, o que inclui não poucos especialistas. São raros, porém, os que têm o fundamental na produção do conhecimento e das propostas necessárias à solução dos problemas sociais: as perguntas, base da indagação séria e conseqüente e ponto de partida da reflexão objetiva.

A meu ver, a forma simplória, pouco criativa e despreocupada com que o tema da reforma agrária é tratado por muitos no Brasil é reflexo de duas questões que estão postas no cenário nacional. A primeira, é que a questão agrária ainda é tida por determinados agentes como um mero problema residual da dita pós-modernidade, o qual pode ser parcialmente resolvido por meio de iniciativas pontuais. Segundo, que também é estratégico para muitos setores, a exemplo, das multinacionais que atuam no campo, dos grandes proprietários de terras, da bancada ruralista e outros agentes, atuar no sentido de reforçar e disseminar ideologicamente a compreensão da reforma agrária como um paliativo pontual e pouco eficiente no sentido de resolver as contradições existentes no campo.

Fortalecer a concepção da reforma agrária como uma política paliativa e pouco eficaz, a nosso ver, faz parte de uma estratégia ideológica gestada no seio dos agentes que comandam, no momento histórico, o modo capitalista de produção. O objetivo é eliminar, até certo ponto, as propostas voltadas para a democratização do acesso a terra no Brasil e com isso manter a perversa estrutura excludente e conservadora do latifúndio no país.

No sentido de proporcionar uma visão mais crítica sobre o próprio nascimento das diversas propostas de reforma agrária e de buscar esclarecer pontos-chaves para o entendimento dessa temática, Martins (2004) vai discutir rapidamente sobre alguns pedaços do longo caminho percorrido pelo ideário de reforma agrária, até o ano de 2004, no Brasil.

Martins (2004, p. 94) aponta que:



A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança.

A visão da reforma agrária como uma inadiável reforma de base não se concretiza como baliza norteadora das propostas que vão estar presentes em seu nascimento. Para Martins as reivindicações comandadas por setores esclarecidos da classe média e setores católicos vão visar muito mais questões humanitárias e de pontos ideológicos do que necessariamente questões que fossem pautadas na necessidade de se alterar determinadas estruturas arcaicas, conservadoras e excludentes, as quais estavam e ainda muitas continuam presentes no cenário nacional.

Com base nessa discussão, o autor vai afirmar que a luta pela reforma agrária surgiu “fora de lugar”, na classe média e em setores católicos. Martins (2004) não especifica muito bem qual seria o lugar ideal ou mais propício para o surgimento da reforma, porém, reforça a necessidade dos posseiros e do trabalhador rural, vítima do minifúndio, também estarem presentes como protagonistas desse processo. Ou seja, a idéia de reforma agrária deve abarcar os trabalhadores rurais de forma mais abrangente incluindo, também nesse debate, os posseiros e os agricultores que possuem tratos de terras que não garantem o sustento familiar.

Martins aponta que os setores de classe média e católicos formularam propostas de reforma agrária com objetivos bem diferentes. Segundo o mesmo, a igreja estava basicamente com duas preocupações. Essas se pautavam muito mais pela questão social no campo e pelo medo do avanço do Partido Comunista, o qual, segundo a igreja, poderia recrutar para sua base os trabalhadores expulsos do campo, que chegavam aos montes, para tentar sobreviver nas periferias das grandes cidades, a exemplo, da cidade de São Paulo.

Com relação à participação inicial da Igreja Católica na discussão e elaboração de projetos de reforma agrária Martins (2004, p. 95) aponta que:

A reforma agrária, ainda sem qualquer definição, passava a ser um objetivo para ela, porém, contido e limitado pelo temor de questionar o direito de propriedade e os direitos da classe de proprietários de terra. Era uma motivação conservadora e de direita, menos construída em cima de uma práxis social, que ainda não tinha lugar, uma espécie de antecipação preventiva, e muito mais derivada de um claro antagonismo ideológico em relação às esquerdas.

O autor denuncia que a proposta inicial de reforma agrária da Igreja Católica não era fundamentada na solução da questão agrária, muito menos, no questionamento do poder de mando e do dito direito à propriedade “privada” dos grandes fazendeiros. O que fica claro é que até ai a questão agrária como uma problemática estrutural não está posta para debate e avaliação crítica de suas contradições.

Martins (2004) vai citar também a postura das Ligas Camponesas como um campo que poderia ter representado uma alternativa de esquerda para a questão fundiária. Segundo o autor, o socialista Francisco Julião propôs a Lei do Inquilinato que, já existia, na qual se enquadravam os direitos de parceiros, arrendatários e moradores, o que, segundo Martins, “era o preâmbulo de uma reforma agrária radical por ele preconizada (96)”.

A falta de entendimento e sintonia entre os agentes que estavam pensando nas possíveis feições de um projeto mais amplo de reforma agrária vai facilitar outras ações, a exemplo, da extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, “supondo-se que isso transformaria as atrasadas relações do colonato no café, da moradia na cana-de-açúcar, do arrendamento em espécie e em trabalho e da parceria em relações contratuais e assalariadas” (MARTINS, 2004, p. 97).

Segundo o autor, ficava a cada momento mais distante a possibilidade de se construir um projeto de reforma agrária que realmente pudesse transformar as relações atrasadas, elitistas e excludentes do campo em autonomia camponesa e economia familiar moderna.

## **Reforma Agrária: o impossível diálogo? Crítica a atuação do MST e da CPT**

Para Martins (2004) a atuação do MST e da CPT está deixando a desejar em muitas questões. O autor reconhece a importância dessas organizações na inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro, onde a mesma já não é mais vista como um problema residual, mas como rotineiro problema social de urgência. No entanto faz duras críticas as formas de atuação dessas organizações no que compete a falta de uma via política de debate mais ampla e de um relação mais consistente com o Estado e diálogo com o Governo<sup>4</sup>.

Martins (2004, p. 21) afirma que:

De fato, MST e CPT, perderam o controle de seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e reducionista da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela querer participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político.

O autor critica a falta de um diálogo mais consistente entre a CPT, o MST, e o governo no que compete à construção coletiva de uma proposta de reforma agrária, pois para Martins (2004, p. 21) “[...] nessa dialética, é a política agrária do governo que define a demanda que não é prioritariamente sua e para qual, não o bastante, é a resposta”. Segundo o mesmo, uma concepção maniqueísta não contribui para a compreensão desse jogo de verdades.

O autor critica propostas de reforma agrária as quais não envolvam o Estado e os governos, porém, vejo que a transformação da luta pela terra em reforma agrária vai muito além da simples participação estatal e governamental. O modelo de democracia representativa que temos foi, até certo ponto, forjado no seio de acordos obscuros entre as elites nacionais, o que se reflete na construção de um Estado com pouca autonomia e fortemente dominado por governos elitistas. Numa

---

<sup>4</sup>Aqui, o Estado é compreendido como as instituições públicas que legalmente e legitimamente representam determinada sociedade. Governo é compreendido como determinado grupo gestor que em certo momento está gerindo essas instituições públicas que compõe o Estado.

conjuntura como essa, como podemos pensar numa reforma agrária qualitativa sendo comandada pelo governo? Como podemos imaginar uma relação não conflituosa entre o governo e as organizações mediadoras (CPT e MST e outras) numa disputa por um modelo de reforma agrária?

Basta lembrar, como afirma o próprio Martins (2004, p. 21), que o governo também tem interesse na reforma agrária, visto que, contribui para a redução do desemprego, das migrações e a elevação da renda das famílias por meio da criação de alternativas de vida no campo. Assim como, podemos dizer que outras demandas também podem motivar a elaboração de projetos de reforma agrária, conforme aponta Martins (2004, p. 25) “convém ter em conta, além do mais, que a reforma agrária tanto pode nascer da demanda, da pressão e das necessidades populares, quanto pode nascer das necessidades econômicas ou políticas das elites”.

Concordo com Martins (2004) quando coloca tanto a CPT quanto o MST como organismos mediadores da classe média, concordo também, quando aponta deficiências nas formas de diálogo entre essas organizações, o Estado e o Governo, porém, vejo como problemática as idéias que vislumbram que essas organizações possam assumir e partilhar a reforma agrária proposta pelo Governo, visto que, em sua grande maioria, essas propostas estão vinculadas a interesses de agentes ligados ao latifúndio e aos processos de subordinação da renda da terra camponesa ao modo capitalista de produção.

Entendo que as política governamentais estão em disputa entre os diversos agentes que compõe essa teia de relações que envolve a luta pela terra e a reforma agrária, portanto, a reforma, como uma proposta mais ampla de democratização do acesso à terra no país, deve ser pensada, debatida e exercida no campo das necessidades sociais, culturais, políticas e econômicas dos chamados pobres da terra, pobres que, a meu ver, envolve, não somente trabalhadores sem terra, mas também, como aponta o próprio Martins, os posseiros e os camponeses vítimas do minifúndio.

Nesse contexto, Martins (2004, p. 22) coloca que:

A viabilidade da luta pela terra depende essencialmente que ela se converta em luta pela reforma agrária. Depende, portanto, de que a ação

de seus protagonistas ganhe sentido na viabilização política de uma reforma social que envolva necessária e obrigatoriamente o Estado e os partidos políticos e envolve, portanto, um pacto em favor da reforma.

A partir dessas idéias podemos fazer novas indagações, pois como pensar num pacto pela reforma agrária que envolva primordialmente o Estado e os partidos políticos, visto que, vivenciamos uma estrutura política controlada, em grande parte, pelas mesmas forças conservadoras, arcaicas e excludentes que historicamente utilizaram-se do Estado e de boa parte dos partidos para manter a estrutura fundiária vigente no país? Como construir um pacto com esses agentes, cujos objetivos e ações são completamente diferentes das necessidades dos chamados pobres do campo? Essas são questões que ficam abertas no livro do Professor José de Souza Martins e que, certamente, vão estimular novas reflexões sobre o processo de reforma agrária no Brasil.

Para Martins (2004) há um grande desencontro “no fato de que o MST e igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam essa inclusão (25/26)”. A não legitimação está na não aceitação dessa questão como fato político, e a recusa em negociar os limites, viabilidades, forma e qualidade da reforma.

O autor dá novas contribuições quando mostra que também existem grandes contradições entre o que chama de agentes de mediação e os próprios trabalhadores rurais, quando afirma:

Há também contradições, em que a experiência popular, enraizada em valores do conservadorismo, propõe uma compreensão do possível histórico sob a forma de utopia. A utopia fala da necessidade histórica do novo, mas não do modo eficaz de alcançá-lo. Há aí um grande desencontro entre CPT e MST, de um lado, e os próprios trabalhadores rurais, de outro. No compreensível esforço de trazer as lutas camponesas para sua concepção do mundo moderno, essas agências de mediação reduzem a utopia camponesa (e seus ricos elementos conservadores de referência, ricos justamente porque são fecunda referência crítica à alienação na sociedade moderna) a uma ideologia mais partidária do que política. Mutilam, portanto, o que há de propriamente histórico e criativo na utopia de superação, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma ideologia da contestação (MARTINS, 2004, p. 28)

Para o autor o processo de mediação da CPT e do MST com os trabalhadores rurais deve passar por um processo interpretativo mais sólido de cunho muito mais teórico do que ideológico. Assim, Martins (2004) acredita que os ricos elementos que estão presentes nas relações sociais do dia a dia dos camponeses serão melhores compreendidos e valorizados no campo das lutas pela reforma agrária.

### **Reforma Agrária: o impossível diálogo? Considerações Finais**

O livro “Reforma agrária: o impossível diálogo” dá uma grande contribuição para a compreensão de temas que por muito tempo foram tratados de forma equivocada e residual no Brasil. Equívocos diversos que marcaram o debate sobre temáticas de importante relevância social, a exemplo, da questão agrária, da reforma agrária e da atuação dos movimentos sociais no campo.

Martins (2004) consegue dar um novo foco de análise para essas questões e ao mesmo tempo denuncia a existência de um conjunto de desencontros que estão presentes não só no processo dialético de luta pela terra, mas também, no seio das relações entre a CPT, o MST e o governo e também entre essas organizações, que chama de mediadoras, e os próprios trabalhadores rurais.

A escravidão ressurge como um dos elementos centrais na discussão da posse da terra no Brasil, pois o autor vai tratar como temas inter-relacionados e indissociáveis como duas grandes questões nacionais que ainda estão pendentes nos dias atuais. Ou seja, para Martins (2004) as formas de trabalho e a questão agrária são categorias fundamentais, as quais não podem ser dissociadas da conjuntura nacional na dita pós-modernidade.

Entendo que no debate sobre a reforma e a questão agrária deve-se levar em conta que a questão agrária é fruto de um tenebroso processo de territorialização do modo capitalista de produção no Brasil. Uma ocupação de espaços pautada, por um lado, na desapropriação de trabalhadores rurais de seus instrumentos de trabalho e



por outro, na manutenção de estruturas agrícolas familiares como pontos específicos de subordinação da renda da terra camponesa ao capital.

No debate sobre a reforma agrária concordamos com Martins (2004) quando coloca que o Estado deve ser visto como importante protagonista no processo de democratização do acesso a terra, porém, se faz de suma importância valorizar os verdadeiros agentes desse conflituoso processo de luta pela terra no país que são os trabalhadores rurais, sejam eles, sem terra, poceiros, peões, ou mesmo, pequenos proprietários camponeses. Sem que se construa uma posição de liderança a partir desses agentes, vejo como problemática a discussão sobre a reforma agrária no Brasil.

Temos que compreender a reforma agrária como um amplo processo de revisão das arcaicas e conservadoras estruturas elitistas que delineiam o acesso a terra. Para tanto, os trabalhadores rurais devem ter papel de destaque nessa luta, participando efetivamente com suas experiências, vivências, modos de vida e tradições. Vejo como importante a participação de movimentos organizados, a exemplo, da CPT e do MST, que Martins (2004) vai chamar de agentes de mediação, contudo, compreendo que as estratégias de luta e o direcionamento dos processos devem ser efetivamente definidos pelos trabalhadores envolvidos e não somente pelos chamados agentes mediadores da classe média.

Por fim, compreendo que a obra do professor Dr. José de Souza Martins, não só o livro em questão, mas, sua obra no conjunto, dá uma grande contribuição para que possamos refletir dialeticamente no sentido de compreender melhor como se integram ou desintegram as complexas relações sociais que balizam a existência do trabalho livre, da posse da terra, da reforma agrária e das lutas sociais no campo brasileiro.

### **Bibliografia Básica - Utilizada para Resenha**

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1º ed., São Paulo, EDUSP, 2004. 173 p.

### **Bibliografia Citada no Texto**

GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, Karl. **O capital** : crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3a ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.